

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	2
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	4
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	17
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
6.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	20
7.	CONTAS A RECEBER	25
8.	ESTOQUES	26
9.	IMPOSTOS A RECUPERAR.....	26
10.	INVESTIMENTOS.....	27
11.	IMOBILIZADO	28
12.	INTANGÍVEL	30
13.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	33
14.	FORNECEDORES	37
15.	SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER.....	37
16.	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	38
17.	CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS	40
18.	PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	41
19.	COMPROMISSOS	43
20.	PARTES RELACIONADAS	44
21.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45
22.	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46
23.	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	46
24.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	47
25.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS	48
26.	RESULTADO FINANCEIRO.....	48
27.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO.....	49
28.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	51
29.	LUCRO POR AÇÃO	53
30.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS	54
31.	COBERTURA DE SEGUROS	55

FLEURY S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014.****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL**1.1 – A Sociedade**

O Fleury S.A. (“Fleury”, “Sociedade”, “Controladora” ou “Companhia”, e, em conjunto com suas controladas, “Grupo Fleury” ou “Grupo”) tem por objetivo a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos, tratamentos e análises clínicas, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista, bem como criar condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da Medicina.

O Grupo Fleury é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, e atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco e Distrito Federal. As ações da Companhia estão registradas no mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), denominados Novo Mercado.

1.2 – Combinação de Negócios**Grupo Papaiz**

Em 31 de janeiro de 2013, a controlada Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S.A. (“Fleury CPMA”) concluiu a aquisição da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. (“Grupo Papaiz”) mediante o cumprimento das condições precedentes das partes e a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Com a conclusão da operação, foi assinado Acordo de Acionistas entre Fleury CPMA e Clidec (Controlada de Odontoprev S.A.), no qual Fleury S.A. e Odontoprev S.A. figuram como intervenientes anuentes, tendo como objetivo regular determinados aspectos de suas relações na qualidade de acionistas da Papaiz. Fleury CPMA detém 51% do capital social do Grupo Papaiz e a Clidec detém os 49% restantes.

1.2.2 – Labs Cardiolab

Em 06 de agosto de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou em sessão de julgamento a aquisição da LabsCardiolab Exames Complementares S.A. (LabsCardiolab), por Fleury S.A., condicionada à assinatura de Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), pelo qual a Sociedade se comprometeu com as seguintes obrigações:

(i) alienar um conjunto de ativos localizados no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que conjuntamente obtiveram, em 2013, receita aproximada de R\$28.000.

(ii) não participar, pelo prazo de 3 (três) anos, de qualquer fusão ou incorporação, aquisição, direta ou indireta, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, ou controle ou parte(s) de uma ou mais empresas atuantes nos seguintes mercados de SAD (Serviço Auxiliar Diagnóstico) no município do Rio de Janeiro: (i) ressonância magnética, (ii) tomografia, (iii) ultrassonografia, (iv) ecocardiograma, (v) mamografia e (vi) densitometria óssea.

(iii) não celebrar, pelo prazo de 3 (três) anos, contratos associativos, consórcios ou de joint ventures com outros laboratórios de SAD que atuem no município do Rio de Janeiro, que prestem os seguintes exames no município do Rio de Janeiro: (i) ressonância magnética, (ii) tomografia, (iii) ultrassonografia, (iv) ecocardiograma, (v) mamografia e (vi) densitometria óssea.

(iv) submeter, pelo prazo de 2 (dois) anos contados do decurso do prazo de 3 (três) anos, estabelecido nas obrigações (ii) e (iii) acima, à aprovação prévia do CADE qualquer operação descritas nas obrigações (ii) e (iii) acima envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos mercados relevantes de (i) ressonância magnética, (ii) tomografia, (iii) ultrassonografia, (iv) ecocardiograma, (v) mamografia e (vi) densitometria óssea, no município do Rio de Janeiro, mesmo que não se enquadrem nos requisitos legais de notificação obrigatória.

A Sociedade já cumpriu com as obrigações de transferências de alguns exames e equipamentos para as unidades a serem alienadas, bem como o encerramento de uma unidade solicitada pelo CADE.

Além disso, vem cumprindo com a obrigação de enviar relatórios mensais ao CADE sobre o cumprimento dos compromissos assumidos, bem como o envio de relatórios trimestrais auditados por empresa de auditoria independente contendo todas as informações relevantes para o acompanhamento e fiscalização do TCD.

A Sociedade está recebendo as últimas propostas de fornecedores para a confecção de laudo de avaliação de patrimônio líquido, necessário para a reorganização societária.

Após a definição da empresa de elaboração do mencionado laudo, a Companhia irá convocar a assembleia geral de acionistas para a deliberação quanto à cisão parcial em Fleury dos ativos relacionados ao TCD, os quais serão vertidos para empresa que receberá o Negócio (“Nova Empresa”).

Posteriormente a esta reorganização societária o Fleury empreenderá o esforço de venda da Nova Empresa a um terceiro que, de acordo com o TCD, não poderá deter mais de 20% do mercado de SAD no município do Rio de Janeiro e não poderá ter vínculo societário, direto ou indireto, com o Fleury.

O Grupo Fleury já está em fase de estruturação de concorrência para a contratação de empresa para assessorar na alienação do Negócio, após a reorganização societária acima mencionada.

O escopo desta assessoria será principalmente a estruturação do modelo financeiro da venda, a definição do plano de execução da operação de venda, bem como a prospecção e apresentação de potenciais interessados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, arredondados para o milhar mais próximo indicado.

Demonstrações financeiras – Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB))

Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações financeiras – Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras do Grupo Fleury foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 25 de fevereiro de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

Base de elaboração

Dependendo da norma CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição é utilizado.

Na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs, a Administração da Sociedade precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele exercício, ou no exercício da revisão e em exercícios futuros, se a revisão afetar tanto exercícios correntes como futuros.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações e interpretações adotadas pela Sociedade

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e não tiveram impactos materiais para a Sociedade.

(i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.

(ii) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

(iii) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

(iv) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Sociedade.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações financeiras da Sociedade e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As operações entre as empresas do Grupo Fleury, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas são eliminados.

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo Fleury possui instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”, empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pelo Grupo Fleury na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, empréstimos, financiamentos e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos exceto para os créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as

perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no exercício em que ocorrem.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo Fleury na cobrança de pagamentos, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Fleury são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, R\$ é a moeda funcional do Grupo Fleury.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, exceto para as contas a receber de curto prazo quando o reconhecimento dos custos seria imaterial, menos a provisão para glosa e créditos de liquidação duvidosa ("PCLD").

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Combinação de negócios

Demonstrações financeiras - Controladora

Nas demonstrações financeiras – Controladora, o Grupo Fleury aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio será acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação do Grupo Fleury no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, será imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

O ágio relacionado a investimento que tenha sido incorporado pela Sociedade será reclassificado da conta de “Investimento” para a conta “Intangível”.

Demonstrações financeiras - Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo Fleury, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Quando a contrapartida transferida em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, esta é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do exercício de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do exercício de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “exercício de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificada como ajustes do exercício de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes sendo o correspondente ganho ou perda reconhecidos no resultado.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo Fleury incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do Grupo Fleury desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas na data do balanço patrimonial no final de cada exercício a teste de redução no valor recuperável ou, havendo alguma evidência, esse procedimento poderá ocorrer com maior frequência. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em exercícios subsequentes.

Ativo Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componentes de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Classes de Imobilizado

Vida Útil (anos)

Edificações	60
Máquinas e equipamentos	13
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5*

* Prazo médio de vigência de contratos de aluguel

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Ativo Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos segregados do ágio e registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo Fleury revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo Fleury calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda, e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil determinado, como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável do ativo (ou unidade geradora de caixa) tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Transações e participações não controladoras

O Grupo Fleury trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo Fleury. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre a contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da adquirida é registrada no patrimônio líquido.

Instrumentos financeiros passivos

Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Fleury se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Fleury baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Fleury tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Fleury tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar por aquisição de empresas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros derivativos

O Grupo Fleury utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, quando houver, incluindo contratos de câmbio a termo e “swaps” de moedas. A Nota 6 “Instrumentos Financeiros e Gestão do Risco Financeiro” inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Benefícios a empregados

Planos de aposentadoria de contribuição definida

Os pagamentos ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Remuneração com base em ações

O Grupo Fleury oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, segundo o qual recebe os serviços dos empregados como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo Fleury sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada trimestre, o Grupo Fleury revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições com base na aquisição de direito. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital - opções outorgadas reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

Participação nos lucros

O Grupo Fleury remunera seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício, frente as metas estabelecidas. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados.

Tributação

As despesas com imposto de renda e contribuição social representam a soma dos tributos correntes e diferidos.

Tributos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável (lucro real) difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque adiciona-se as despesas indedutíveis e exclui as receitas não tributáveis, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos diferidos

Os tributos sobre a renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data de cada balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando aplicáveis. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as exclusões temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as adições temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial,

exceto para combinação de negócios, se aplicável, de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada na data de cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo Fleury espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando: (a) há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente; (b) quando eles estão relacionados aos tributos administrados pela mesma autoridade fiscal; (c) o Grupo Fleury pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Grupo Fleury têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 18 “Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis”.

Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo Fleury não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo Fleury detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “empréstimos e financiamentos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o exercício do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Vendas de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas dos balanços patrimoniais, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Valores a faturar”, que está incluída no saldo do grupo “Contas a receber”.

O Grupo Fleury reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Fleury e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Fleury, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Fleury baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo Fleury e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

Receita de dividendos

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Controladora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando deliberado com base em balanços intermediários ou ao final do exercício, com base no

dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo conselho de administração para submeter à Assembleia Geral Ordinária.

A despesa financeira dos juros sobre capital próprio é reconhecida nas demonstrações do resultado, para atendimento da norma fiscal, e revertido no mesmo exercício para o patrimônio líquido.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo Fleury e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - demonstração do valor adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo Fleury, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/2014 em conversão à Medida Provisória nº 627/2013

No dia 19 de setembro de 2014 foi publicada a IN RFB nº 1.493/2014 que disciplina a Lei 12.973/2014, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial; (iv) isenção de IRPJ/CSLL dos lucros ou dividendos calculados com base nos resultados de 2008 a 2013.

Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, exceto os arts. 3º, 72 a 75 e 93 a 119, que entram em vigor na data de sua publicação. A sua adoção antecipada para 2014 eliminará potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos referentes ao resultado de 2014. A administração realizou estudos a respeito da adoção antecipada para 2014 do Novo Regime Tributário, tendo decidido pela adesão antecipada, e atualmente aguarda publicação de Instrução Normativa que regulamentará os controles contábeis exigidos por este Novo Regime Tributário.

Norma nova que ainda não está em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de norma, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de

instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo Fleury.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As controladas da Sociedade estão sumariadas a seguir, assim como sua participação (direta e indireta):

	<u>Data de Aquisição</u>	<u>Participação %</u>	
		31/12/2014	31/12/2013
Papaiz Associados Diagnóstico por Imagem S/S Ltda.(indireta)	Janeiro de 2013	51%	51%
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados ("Fleury CPMA") – SP	Constituído em junho de 2003	100%	100%

Combinações de negócios

Em 31 de janeiro de 2013, a controlada Fleury CPMA concretizou a aquisição de 51% do Grupo Papaiz, empresa que atua na cidade de São Paulo, prestando serviços de radiologia odontológica e documentação ortodôntica. Os demais 49% do capital social, pertencem a Clidec (Controlada de Odontoprev S.A).

Por ser uma empresa de controle compartilhado, a participação é registrada por equivalência patrimonial, em conformidade ao CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

A alocação do ágio de acordo com as normas contábeis aplicáveis em combinação de negócios foi realizada no terceiro trimestre de 2013. A análise de reconhecimento e mensuração resultou nos ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

Valor justo dos itens do imobilizado	492
Ativo reconhecido Relacionamento com clientes	2.186
Ativo reconhecido Contrato de não competição	825
IRPJ Diferido	(876)
CSLL Diferido	(315)
Ágio	5.853

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	2.412	5.347	2.458	5.417
Aplicações financeiras:				
Fundos Exclusivos (a)	492.359	523.304	492.359	523.304
Operações Compromissadas (b)	<u>10.457</u>	<u>10.202</u>	<u>10.457</u>	<u>11.222</u>
	<u>505.228</u>	<u>538.853</u>	<u>505.274</u>	<u>539.943</u>

(a) Através da liquidação financeira da 2ª emissão de debêntures, finalizada em 15 de fevereiro de 2013, foram constituídas cotas em Fundos Exclusivos que se enquadram na categoria de renda fixa, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como objetivo buscar a valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, com liquidez imediata. No exercício de 31 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, os Fundos Exclusivos apresentaram uma rentabilidade média ponderada de 102,9% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

As políticas dos fundos exclusivos determinam que os ativos financeiros sejam de baixo risco de crédito relacionados diretamente ou sintetizados via derivativos a variação da taxa de juros doméstica ou de índices de preços ou ambos.

Estes fundos exclusivos não podem realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Os fundos exclusivos não podem ficar expostos a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes.

(b) No exercício de findo em 31 de dezembro de 2014, as Operações Compromissadas foram remuneradas a uma taxa média ponderada de 100,4% do CDI (No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 98,4% do CDI). Essas operações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudanças de valor. As operações compromissadas se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do Banco (Vendedor), de recompra-lo e da Sociedade (Compradora), de revendê-lo no futuro.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas são riscos de mercado, incluindo risco de câmbio e risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos.

A Sociedade possui uma política para gestão de capital, de riscos de mercado e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para hedge dos riscos associados. A supervisão e o monitoramento das políticas estabelecidas são efetuados por meio de relatórios gerenciais mensais.

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo Fleury ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo Fleury pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, recomprar ações em tesouraria ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Fleury monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Patrimônio Líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Índice de alavancagem financeira

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	1.038.820	984.526
Contas a pagar de Aquisições	18.554	25.433
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(505.274)</u>	<u>(539.943)</u>
Dívida líquida	552.100	470.016
Patrimônio líquido	1.572.964	1.689.033
Índice de alavancagem financeira	0,35	0,28

Riscos de Mercado

Risco de taxa de câmbio

A Sociedade e suas controladas possuem contas a receber e contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente, o dólar norte-americano). O risco vinculado a estes ativos e passivos decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos em moeda estrangeira expostos a esse risco em 31 de dezembro de 2014 representam 0,03% do total do passivo consolidado.

A Sociedade possui ativos em moeda estrangeira (saldo a receber de clientes), em 31 de dezembro de 2014 representando 0,15% do total de contas a receber no consolidado, que contribui para a redução de sua exposição perante o contas a pagar de fornecedores contratados em moeda estrangeira.

A Sociedade apresentava a seguinte exposição líquida em 31 de dezembro de 2014 (US\$1.00 - R\$2,6562):

	US\$ mil
	Controladora e
	<u>Consolidado</u>
Ativo circulante - Contas a receber	226
Passivo - Fornecedores	(183)
Exposição líquida *	<u>43</u>

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, para determinação dos efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros e da posição patrimonial decorrentes da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Sociedade e suas controladas consideravam como cenário provável (Cenário I), qual seja a média ponderada das taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento do instrumento, e calculada com base no valor nominal do contrato e adotaram os cenários de variações positivas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Os valores estão demonstrados brutos de imposto de renda e contribuição social.

			Variação desfavorável – consolidado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(perda) ganho	(perda) ganho	(perda) ganho
				+25%	+50%
Vencimento	Risco (*)				
Taxa de câmbio (em R\$)			2,6629	3,3287	3,9944
Clientes	2014	Desvalorização US\$	1	152	303
Fornecedores	2014	Elevação US\$	(1)	(123)	(245)
Efeito líquido			<u>0</u>	<u>29</u>	<u>58</u>

(*) Refere-se ao risco para a Sociedade considerando-se a natureza de cada instrumento financeiro.

Risco de taxa de juros

A Sociedade e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Sociedade e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI.

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2014, e os Cenários II e III

levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem:

Cenários	Cenário I Atual	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Taxa do CDI (a.a.)	11,57%	14,46%	17,36%
Despesas com juros projetadas (*)	435.820	526.862	619.431

* Despesas com juros de debêntures calculados até o término de cada contrato indexado

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao Contas a Receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo Fleury é realizada pela Diretoria de Finanças. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Fleury para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo Fleury não quebre os limites ou cláusulas dos empréstimos e das debêntures (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido pela Diretoria de Finanças. A área de Diretoria de Finanças investe o excesso de caixa em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo Fleury mantinha um Caixa e equivalente de caixa de R\$505.274 (em 31 de dezembro de 2013, R\$539.943).

O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos do Grupo Fleury, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Menos de <u>1 ano</u>	Entre 1 e <u>2 anos</u>	Entre 2 e <u>5 anos</u>	Acima de <u>5 anos</u>
--------------------------	----------------------------	----------------------------	---------------------------

Em 31 de dezembro de 2014

Debêntures	74.558	150.000	533.333	166.667
Empréstimos e financiamentos	3.851	9.133	55.431	46.957
Fornecedores	105.172	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	3.536	6.371	7.175	1.472

Em 31 de dezembro de 2013

Debêntures	70.816	50.000	516.667	333.333
Empréstimos e financiamentos	2.616	3.318	5.984	1.792
Instrumentos financeiros derivativos	(9)	-	-	-
Fornecedores	104.312	-	-	-
Contas a pagar – aquisição de empresas	9.079	7.852	7.155	1.347

Política de uso de Derivativos

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas internas com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para administrar os riscos associados, bem como assegurar o correto registro em suas demonstrações financeiras.

A Sociedade e suas controladas não contratam instrumentos derivativos para especulação no mercado financeiro. Nos contratos de derivativos não existe nenhuma margem dada em garantia.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não possui instrumentos derivativos em aberto (Em 31 de dezembro de 2013, houve um ganho líquido de R\$9) registrado no balanço patrimonial sob a rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/08 para os instrumentos financeiros derivativos, a Sociedade e suas controladas consideraram como cenário provável (Cenário I) as taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano, obtidas na BM&FBOVESPA para o vencimento dos instrumentos, e calculada sobre o valor nominal do contrato.

A Sociedade e suas controladas adotaram, conforme determina a Instrução CVM nº 475/08, os cenários equivalentes a -25% (Cenário II), -50% (Cenário III), 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Situação	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
Variação da taxa de câmbio	0%	-25%	-50%	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	1,8310	1,2207	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	2,4414	-	-	3,0517	3,6621

Variação da taxa de câmbio
Controladora e consolidado

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>	<u>Cenário V</u>
	(perda)/ <u>ganho</u>	(perda)/ <u>ganho</u>	(perda)/ <u>ganho</u>	(perda)/ <u>ganho</u>	(perda)/ <u>ganho</u>
<u>Efeito no Passivo em US\$</u>					
Fornecedores	(57)	294	645	(408)	(758)
<u>Efeito nos Derivativos</u>					
NDF	13	(50)	(114)	77	140
Efeito líquido (a)	<u>(44)</u>	<u>244</u>	<u>531</u>	<u>(331)</u>	<u>(618)</u>

(a) Variações do efeito líquido decorrentes da contratação de instrumentos derivativos para suportar importações em andamento contratadas em dólar norte americano. As importações em andamento são registradas no passivo apenas quando o produto/serviço é recebido pela Sociedade.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Duplicatas a receber</u>				
Valores faturados	393.170	411.056	394.297	411.690
Valores a faturar	<u>41.627</u>	<u>73.132</u>	<u>46.101</u>	<u>74.646</u>
	434.797	484.188	440.398	486.336
 Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	 (50.040)	 (86.132)	 (50.205)	 (86.273)
 Total Contas a Receber	 <u>384.757</u>	 <u>398.056</u>	 <u>390.193</u>	 <u>400.063</u>

Resumo por vencimento das duplicatas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldos a vencer (*)	253.735	262.975	258.678	264.958
Saldos vencidos até 120 dias	101.527	86.012	102.020	86.012
Saldos vencidos de 121 a 360 dias	50.582	68.228	50.582	68.228
Saldos vencidos acima 361 dias	<u>28.953</u>	<u>66.973</u>	<u>29.118</u>	<u>67.138</u>
	<u>434.797</u>	<u>484.188</u>	<u>440.398</u>	<u>486.336</u>

(*) Neste exercício o vencimento dessas contas dá-se, em média, em 45 dias (43 dias em 31 de dezembro de 2013).

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	(86.132)	(63.709)	(86.273)	(63.709)
Baixa de títulos incobráveis	110.107	51.410	110.107	51.410
Adições de glosas e créditos de liquidação duvidosa (Notas 22 e 25)	<u>(74.015)</u>	<u>(73.833)</u>	<u>(74.039)</u>	<u>(73.974)</u>
 Saldo no fim do exercício	 <u>(50.040)</u>	 <u>(86.132)</u>	 <u>(50.205)</u>	 <u>(86.273)</u>

A Sociedade e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2014, a concentração dos seis principais clientes é de 51,6% do total da carteira (51,5% em 31 de dezembro de 2013).

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
“Kits” para diagnósticos	7.192	9.138	7.192	9.138
Material de enfermagem e coleta	3.534	4.105	3.534	4.105
Materiais auxiliares para laboratório	1.627	1.915	1.627	1.915
Materiais administrativos, promocionais e outros.	<u>1.325</u>	<u>1.702</u>	<u>1.325</u>	<u>1.702</u>
	<u>13.678</u>	<u>16.860</u>	<u>13.678</u>	<u>16.860</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (a)	36.708	18.276	36.845	18.413
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	36.098	34.307	36.607	34.696
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (c)	18.601	25.292	18.949	25.573
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -COFINS (d)	3.886	108	3.901	187
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (e)	3.437	4.168	3.437	4.168
Imposto sobre serviços - ISS (f)	956	92	956	92
Programa de integração Social- PIS (g)	847	<u>26</u>	865	<u>60</u>
Funrural (h)	=	1.562	=	1.562
	<u>100.533</u>	<u>83.831</u>	<u>101.560</u>	<u>84.751</u>

(a) IRPJ - saldo negativo de exercícios anteriores.

(b) IRRF sobre o resgate de aplicações financeiras e sobre a prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras pessoas jurídicas.

- (c) CSLL sobre a prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e outras pessoas jurídicas.
 (d) COFINS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados a operadoras de plano de saúde e outras pessoas jurídicas. (*)
 (e) INSS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados principalmente a hospitais onde há cessão de mão de obra pela Sociedade.
 (f) ISS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados para operadoras de planos de saúde.
 (g) PIS retido sobre as notas fiscais de faturamento por serviços prestados a operadoras de plano de saúde e outras pessoas jurídicas. (*)
 (h) Funrural pago por empresas incorporadas. Tais valores serão restituídos através de processo administrativo em trânsito.

(*) A partir do 2º trimestre de 2014 houve uma alteração quanto ao procedimento de utilização de créditos tributários nas compensações de saldos a recolher. A compensação dos créditos será efetuada somente no mês subsequente ao da competência. Até então os créditos eram compensados no próprio mês da competência, de forma que o saldo a recolher apresentado fosse líquido.

10. INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fleury CPMA (controlada direta)	28.989	28.541	-	-
Papaiz (controlada indireta)	-	-	<u>7.495</u>	<u>7.560</u>
	<u>28.989</u>	<u>28.541</u>	<u>7.495</u>	<u>7.560</u>
Outros	<u>246</u>	<u>246</u>	<u>246</u>	<u>246</u>
	<u>29.235</u>	<u>28.787</u>	<u>7.741</u>	<u>7.806</u>

	<u>Fleury CPMA</u>	<u>Papaiz</u>
Participação	100%	51%
Capital social integralizado	78.887	1.466
Patrimônio líquido	27.638	1.646

Movimentação dos saldos de investimentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	28.787	7.806
Aumento de capital	1.756	-
Equivalência patrimonial	(1.308)	16
Dividendos recebidos	-	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>29.235</u>	<u>7.741</u>

11. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora			
		31/12/2014			31/12/2013
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	8	431.734	(232.750)	198.984	209.798
Instalações	10	253.352	(80.960)	172.392	163.868
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	78.536	(67.300)	11.236	7.071
Equipamentos de informática	20	62.882	(44.511)	18.371	17.644
Móveis e utensílios	10	45.434	(30.187)	15.247	15.674
Imóveis	2	28.128	(3.808)	24.320	24.752
Terrenos	-	13.549	-	13.549	11.488
Imobilizado em Andamento	-	1.269	-	1.269	-
Outros	20	<u>653</u>	<u>(653)</u>	=	<u>77</u>
		<u>915.537</u>	<u>(460.169)</u>	<u>455.368</u>	<u>450.372</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2014			31/12/2013
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	8	438.069	(236.712)	201.357	212.854
Instalações	10	255.124	(82.358)	172.766	164.419
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	80.679	(69.394)	11.285	7.180
Equipamentos de informática	20	63.470	(45.067)	18.403	17.703
Móveis e utensílios	10	46.538	(30.993)	15.545	16.083
Imóveis	2	28.129	(3.807)	24.322	24.752
Terrenos	-	13.549	-	13.549	11.488
Imobilizado em Andamento	-	1.269	-	1.269	-
Outros	20	<u>653</u>	<u>(653)</u>	=	<u>77</u>
		<u>927.480</u>	<u>(468.984)</u>	<u>458.496</u>	<u>454.556</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldos no início do exercício	450.372	419.587	454.556	424.288
Adições				
Instalações	33.884	42.754	33.884	42.755
Máquinas e equipamentos	20.662	53.223	20.662	53.715
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.385	4.414	6.385	4.414
Imobilizado em Andamento	7.498	-	7.498	-
Equipamentos de informática	7.478	7.103	7.478	7.103
Móveis e utensílios	2.689	1.797	2.689	1.797
Terrenos	<u>2.060</u>	=	<u>2.060</u>	=
Total de adições	<u>80.656</u>	<u>109.291</u>	<u>80.656</u>	<u>109.784</u>
Depreciações	(71.303)	(71.448)	(72.359)	(72.458)
Transferências	(2.879)	(201)	(2.879)	(201)
Baixas líquidas	(1.478)	(6.857)	(1.478)	(6.857)
Saldos no fim do exercício	<u>455.368</u>	<u>450.372</u>	<u>458.496</u>	<u>454.556</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade mantém saldo de reavaliação registrado, líquido de depreciação, no montante de R\$620 (R\$968 em 31 de dezembro de 2013) para máquinas e equipamentos.

12. INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2014			31/12/2013
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Ágios	-	1.353.125	(44.413)	1.308.712	1.308.712
Direito de uso de software	20	172.261	(90.422)	81.839	78.057
Contratos de clientes	10	154.387	(50.176)	104.211	119.650
Marcas e patentes	7	13.226	(3.987)	9.239	10.082
Intangível em Andamento	-	11.891	-	11.891	-
Franquias	-	<u>2.550</u>	<u>=</u>	<u>2.550</u>	<u>2.550</u>
		<u>1.707.440</u>	<u>(188.998)</u>	<u>1.518.442</u>	<u>1.519.051</u>

		Consolidado			
		31/12/2014			31/12/2013
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Ágios	-	1.364.466	(44.413)	1.320.053	1.320.053
Direito de uso de software	20	172.797	(90.856)	81.941	78.189
Contratos clientes	10	156.573	(50.722)	105.851	121.727
Marcas e patentes	7	14.963	(4.783)	10.180	11.196
Intangível em Andamento	-	11.891	-	11.891	-
Franquias	-	2.550	-	2.550	2.550
Contrato de não competição	10	<u>825</u>	<u>(516)</u>	<u>309</u>	<u>722</u>
		<u>1.724.065</u>	<u>(191.290)</u>	<u>1.532.775</u>	<u>1.534.437</u>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldos no início do exercício	1.519.051	1.516.488	1.534.437	1.529.298
Adições				
Direito de uso de software	28.280	38.765	28.280	38.765
Intangível em Andamento	9.012	-	9.012	-
Contratos de Clientes	-	-	-	2.186
Contratos de não Competição	=	=	=	<u>825</u>
Total de adições	<u>37.292</u>	<u>38.765</u>	<u>37.292</u>	<u>41.776</u>
Transferências (*)	2.879	201	2.879	201
Baixas líquidas	(3)	(339)	(3)	(339)
Amortizações	(40.777)	(35.869)	(41.830)	(36.304)
Outros	=	<u>(195)</u>	=	<u>(195)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>1.518.442</u>	<u>1.519.051</u>	<u>1.532.775</u>	<u>1.534.437</u>

(*) Principalmente composta pelo ágio de controladas incorporadas durante os exercícios, previamente classificadas junto ao investimento.

Ágio

O ágio teve seu valor recuperável testado ao final do último exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não ocorreram eventos que requeressem revisar o seu valor recuperável.

Revisão de perda por redução ao valor recuperável

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável.

O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradores de Caixa (UGC), definidas de acordo com as práticas contábeis da Sociedade. Segue abaixo a alocação do ágio por UGC:

	2014	2013
Medicina diagnóstica	1.105.143	1.105.143
Hospitais	<u>214.910</u>	<u>214.910</u>
	<u>1.320.053</u>	<u>1.320.053</u>

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 13% ao ano (2013 – 13,5%).

As projeções dos fluxos de caixa para o exercício orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas e na inflação do preço da matéria-prima, salários, aluguéis e outras despesas para o exercício. Os fluxos de caixa posteriores ao exercício de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5% (2013 - 5%) que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada para o setor. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança nas premissas-chave que seja razoavelmente possível, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da UGC.

Direitos de software

Os direitos de uso de software correspondem a sistemas e desenvolvimento da intranet e são ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de cinco anos.

Marcas e patentes

Marcas e patentes correspondem principalmente as marcas registradas e patentes adquiridas em combinações de negócios. A Sociedade atribui marcas e patentes como ativos intangíveis com vida útil definida, a vida útil estimada desta classe de ativos é de 10 a 25 anos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante				
Debêntures	74.558	70.816	74.558	70.816
Empréstimos em moeda local	3.851	2.616	3.851	2.616
Custo de capitalização	<u>(145)</u>	<u>=</u>	<u>(145)</u>	<u>=</u>
Total	<u>78.264</u>	<u>73.432</u>	<u>78.264</u>	<u>73.432</u>
	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Não circulante				
Debêntures	850.000	900.000	850.000	900.000
Empréstimos em moeda local	111.521	11.094	111.521	11.094
Custo de capitalização	<u>(965)</u>	<u>=</u>	<u>(965)</u>	<u>=</u>
	<u>960.556</u>	<u>911.094</u>	<u>960.556</u>	<u>911.094</u>
Total dos Empréstimos e Financiamentos	<u>1.038.820</u>	<u>984.526</u>	<u>1.038.820</u>	<u>984.526</u>

Debêntures

A Sociedade utilizou das emissões de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar seu perfil de dívida e financiar seus investimentos e aquisições dos próximos anos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e não possuem garantias (quirografárias).

1ª Emissão de Debêntures

A Sociedade realizou sua primeira emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, em duas séries, encerrada em 12 de dezembro de 2011.

Foram captados, no âmbito da Oferta Restrita, um total de R\$450.000, em duas séries:

As “Debêntures da Primeira Série”, com total de R\$150.000, serão amortizadas em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2014, de 2015 e de 2016 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 0,94% ao ano, ambos com base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

As “Debêntures da Segunda Série” com total de R\$300.000, serão amortizadas em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018 e possui pagamento semestral de remuneração equivalente a

100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 1,20% ao ano, ambos com base 252 dias úteis, não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

2ª Emissão de Debêntures

A Sociedade realizou a Segunda emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, em série única, encerrada em 19 de fevereiro de 2013.

Foram subscritas 50.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um total de R\$500.000, com prazo de sete anos, vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 0,85% ao ano, ambos com base em 252 dias úteis.

A amortização das debêntures será realizada em três parcelas anuais e iguais em 15 de fevereiro de 2018, de 2019 e de 2020. O pagamento da remuneração será semestral, não havendo previsão de repactuação programada.

Composição das debêntures emitidas:

	Valor Emissão (R\$)	Unidade	Vencto	Juros (a)	Controladora e Consolidado	
					31/12/2014	31/12/2013
1ª Emissão - Primeira Série	10.000	15.000	dez/16	CDI + 0,94% a.a.	100.568	150.735
1ª Emissão - Segunda Série	10.000	30.000	dez/18	CDI + 1,20% a.a.	301.741	301.507
2ª Emissão - Série Única	10.000	50.000	fev/20	CDI + 0,85% a.a.	<u>522.249</u>	<u>518.574</u>
					<u>924.558</u>	<u>970.816</u>
Passivo Circulante					74.558	70.816
Passivo Não Circulante					850.000	900.000

(a) Em 31 de dezembro de 2014, a taxa equivalente ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) foi de 11,57% a.a. (em 31 de dezembro de 2013, a taxa equivalente do CDI foi de 9,80% a.a.).

Os vencimentos das parcelas alocadas no Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2014 estão disponibilizados como seguem:

Vencimento	1ª Emissão (1ª Série)	1ª Emissão (2ª Série)	2ª Emissão Série Única	Consolidado
2016	50.000	100.000		150.000
2017		100.000		100.000
2018		100.000	166.667	266.667
2019			166.667	166.667
2020			166.666	<u>166.666</u>
				<u>850.000</u>

As debêntures possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”), podendo ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, caso a Sociedade não atenda aos seguintes índices financeiros: Dívida Financeira Líquida/ *Earnings Before Interest Depreciation and Amortization (EBITDA)*, - menor ou igual a três vezes; e/ou EBITDA/Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 1,5 vezes a ser verificado pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pela Emissora à CVM:

Dívida Financeira Líquida: é o resultado da diferença entre o saldo devedor da conta principal mais os juros de empréstimos e financiamentos (de curto e longos prazos) com instituições financeiras (incluindo operações no mercado de capitais) e o saldo de caixa e de bancos mais as equivalências de caixa acrescido das dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela emissora e/ou suas controladas, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da emissora apresentadas à CVM;

EBITDA: é o resultado do lucro ou do prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, relativos a um exercício de 12 meses.

Despesa Financeira Líquida: é o resultado da diferença do saldo das despesas financeiras brutas consolidadas e do saldo das receitas financeiras brutas consolidadas relativas a um exercício de 12 meses, com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da emissora.

Em 12 de dezembro de 2014, a Sociedade liquidou a 1ª (primeira) amortização de R\$50.000 sobre as debêntures da série FLRY11 (1ª emissão e 1ª série).

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados.

Demais empréstimos e financiamentos

A Sociedade obteve, em 03 de outubro de 2014, a liberação de R\$101.665 referente ao financiamento junto ao FINEP dos projetos Prometheus I e Prometheus II com taxa de juros de 4% a.a, carência de 24 meses (contados a partir da data de assinatura do contrato em 28 de agosto de 2014) e amortização em 73 parcelas mensais (a partir de 15 de setembro de 2016) e, em 26 de novembro de 2014, a liberação da 3ª parcela de um financiamento assinado em 06 de agosto de 2012 no valor de R\$2.433 com taxa de juros de 4% a.a e amortização em 69 parcelas mensais, visto que o contrato está em exercício de amortização do principal e pagamento dos juros.

O Custo de Capitalização é o valor dispendido pela FINEP em R\$1.146 para cobertura das despesas com inspeção e com supervisão dos projetos Prometheus I e Prometheus II.

Os demais empréstimos e financiamentos têm vencimento até 2022 e cupons médios de 4,1% a.a (5,1 % a.a em 31 de Dezembro de 2013.).

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos demais empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, são como seguem:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
2016	9.133
2017	19.009
2018	18.211
2019	18.211
2020 a 2022	<u>46.957</u>
	<u>111.521</u>

Junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), a Sociedade possui contratos que somam um montante de R\$111.521 em 31 de dezembro de 2014 (R\$10.657 em 31 de dezembro de 2013). A FINEP possui uma cláusula que obriga a Sociedade a assegurar o pagamento de qualquer obrigação decorrente ao contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor de todo o financiamento, sendo esta cláusula indispensável para assinatura do contrato.

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo entre outros: a efetivação ou formalização de garantias reais ou fidejussórias; restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário ou acionário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor; e a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente (setembro e dezembro).

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores nacionais	103.912	102.270	104.685	102.965
Fornecedores estrangeiros	<u>487</u>	<u>1.347</u>	<u>487</u>	<u>1.347</u>
	<u>104.399</u>	<u>103.617</u>	<u>105.172</u>	<u>104.312</u>

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Férias e 13º salário a pagar	35.056	36.005	35.056	36.005
Encargos sociais a recolher e outros	14.564	12.355	14.564	12.355
Provisão participação nos resultados (a)	4.300	-	4.300	-
Salários a pagar	<u>26</u>	<u>1.087</u>	<u>26</u>	<u>1.087</u>
	<u>53.946</u>	<u>49.447</u>	<u>53.946</u>	<u>49.447</u>

(a) A partir do exercício de 2014, houve uma mudança na política de pagamento de participação nos resultados.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(a) A				
Parcelamento REFIS – Lei 11.941 (a)	53.203	55.874	53.203	55.874
Parcelamento de Imposto Sobre Serviços - ISS (b)	7.686	11.775	7.686	11.775
COFINS a recolher (c)	3.966	-	3.993	-
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher (d)	3.897	2.114	4.007	2.164
PIS, COFINS e Contribuição a recolher (e)	1.387	1.045	1.416	1.045
Parcelamento de Niterói (f)	911	842	911	842
PIS a recolher (c)	859	-	865	-
IRRF	776	1.020	785	1.031
INSS a recolher	637	906	637	906
Parcelamento ICMS (g)	555	2.056	555	2.056
ISS (incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial - Prefis) (h)	-	3.893	-	3.893
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importações (i)	-	18.640	-	18.640
Depósitos Judiciais (ICMS) (i)	-	(15.016)	-	(15.016)
Outros	<u>2.026</u>	<u>3.800</u>	<u>2.027</u>	<u>3.801</u>
Total	<u>75.903</u>	<u>86.949</u>	<u>76.085</u>	<u>87.011</u>
Circulante	23.835	23.691	24.017	23.753
Não circulante	52.068	63.258	52.068	63.258

Sociedade aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, regulamentado pela Lei 11.941/2009. O pedido de adesão abarcou débitos que já se encontravam parcelado em programas anteriores, bem como novos débitos. Para pagamento dos valores de multa e juros destes débitos parcelados, a Sociedade realizou o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social registrados em agosto de 2009, sendo o valor principal parcelado em até 180 meses, com redução de 60% da multa, 25% dos juros e de 100% dos encargos legais, nos termos do artigo 1º dessa Lei e dos artigos 15 e 17 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. Em dezembro de 2009, a Receita Federal do Brasil concedeu o deferimento de todos os pedidos de adesão efetuados pela Sociedade.

Em 10 de Outubro de 2013 foi publicada a Lei 12.865/13 que reabriu o prazo para adesão ao REFIS IV. Assim, a Sociedade decidiu incluir débitos tributários no montante de R\$ 18.982 que eram objeto de discussões judiciais.

- (b) Parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo denominado Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, referente a débitos tributários de ISS.
- (c) PIS E COFINS incidentes sobre os serviços prestados. A partir do 2º trimestre de 2014 houve novo procedimento de utilização dos créditos, os quais serão reconhecidos contabilmente somente em exercício posterior, justificando a distorção relevante nos exercícios comparativos.
- (d) ISS próprio incidente sobre a prestação de serviços.
- (e) PIS COFINS e Contribuição a recolher incidem sobre os serviços tomados de terceiros.
- (f) Parcelamento da Dívida Ativa do ISS junto a Procuradoria do Município de Niterói da empresa adquirida Labs Cardiolab.
- (g) A Sociedade aderiu ao Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – REFERJ para parcelamento de débitos de ICMS, importação da empresa adquirida Labs Cardiolab.
- (h) A totalidade do saldo refere-se ao parcelamento de débito de ISS junto a Prefeitura do Município do Recife incluído no Programa de Recuperação Fiscal Setorial PREFIS, conforme Lei 17.029/2004. No decorrer do exercício de 2014, a Sociedade quitou integralmente o saldo devedor deste parcelamento.
- (i) A Sociedade era requerida a recolher Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao seu ativo imobilizado, e mantém processos judiciais contra o Estado de São Paulo sobre estas cobranças, pois em seu entendimento, eram indevidas. Em acórdão publicado no dia 17 de março de 2014, o Supremo Tribunal Federal decidiu a questão em sede de repercussão geral, reconhecendo a inexistência do tributo com base na atual legislação que

regula a matéria, o que também é aplicável ao Estado de São Paulo e, por conseguinte, favorável à Companhia. Consequentemente, a Companhia reverteu contabilmente no 1º Trimestre de 2014 a provisão que mantinha em 31 de dezembro de 2013, bem como reclassificou, para o ativo não circulante, o saldo de depósitos judiciais efetuados nestas ações.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2016	7.316
2017	4.723
2018	4.604
2019	4.447
2020 em diante	<u>30.978</u>
	<u>52.068</u>

17. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas, a serem pagas à medida da ocorrência dos termos contratuais, sendo atualizadas mensalmente, principalmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esses valores totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante	3.074	8.585	3.536	9.079
Não Circulante	<u>14.743</u>	<u>16.106</u>	<u>15.018</u>	<u>16.354</u>
	<u>17.817</u>	<u>24.691</u>	<u>18.554</u>	<u>25.433</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	6.096	6.371
2017	4.750	4.750
2018	1.350	1.350
2019	1.075	1.075
2020 em diante	<u>1.472</u>	<u>1.472</u>
	<u>14.743</u>	<u>15.018</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis” era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fiscais e previdenciárias	13.532	12.033	13.532	12.033
Trabalhistas	18.565	17.675	18.565	17.675
Cíveis	<u>1.900</u>	<u>2.044</u>	<u>1.900</u>	<u>2.044</u>
	<u>33.997</u>	<u>31.752</u>	<u>33.997</u>	<u>31.752</u>
Depósitos judiciais	<u>(13.663)</u>	<u>(13.663)</u>	<u>(13.663)</u>	<u>(13.663)</u>
	<u>20.334</u>	<u>18.089</u>	<u>20.334</u>	<u>18.089</u>

A movimentação da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversão	Reclassificações e pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2014
Fiscais e previdenciárias	12.033	2.067	(1.402)	(324)	1.158	13.532
Trabalhistas	17.675	8.603	(6.161)	(2.884)	1.332	18.565
Cíveis	<u>2.044</u>	<u>951</u>	<u>(581)</u>	<u>(723)</u>	<u>209</u>	<u>1.900</u>
	<u>31.752</u>	<u>11.621</u>	<u>(8.144)</u>	<u>(3.931)</u>	<u>2.699</u>	<u>33.997</u>
Depósitos judiciais	(13.663)	-	-	-	-	(13.663)
	<u>18.089</u>	<u>11.621</u>	<u>(8.144)</u>	<u>(3.931)</u>	<u>2.699</u>	<u>20.334</u>

Processos classificados como risco de perda provável, para as quais foram registradas provisões:

Com referência aos processos classificados como de risco de perda provável, destacam-se as seguintes discussões na Sociedade e em sua controlada:

Fiscais e previdenciárias

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: os questionamentos envolvem a isenção da contribuição para sociedades civis prestadoras de serviços relativos a profissões legalmente regulamentadas. A Lei Complementar nº 70/91, que institui a COFINS, tratou da isenção dispensada a esses tipos de sociedades, contudo com o advento da Lei nº 9.430/96 esta foi expressamente revogada passando-se a exigir a contribuição em face da receita bruta das prestadoras de serviços. Os assessores legais entendem que, por se tratar de uma lei ordinária, a Lei nº 9.430/96 não poderia ter revogado a isenção instituída pela Lei Complementar nº 70/91.

Entretanto, tendo em vista o Supremo Tribunal Federal já ter se manifestado contrariamente à tese em referência, a Sociedade registra provisão e depósito judicial integral para cobrir riscos no valor de R\$6.557 em 31 de dezembro de 2014 (R\$5.912 em 31 de dezembro de 2013).

Trabalhistas e Cíveis

A Sociedade considera que a provisão constituída é suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Processos classificados como de risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possui um montante consolidado de aproximadamente R\$354.079 (R\$301.287 em 31 de dezembro de 2013) referentes a outros processos classificados como risco de perda possível pelos seus assessores legais.

As questões fiscais classificadas como perda possível totalizam R\$246.150, dos quais R\$98.324 referem-se principalmente à discussões envolvendo a não obrigatoriedade de recolhimento de Contribuição Social sobre o Lucro, Imposto de Renda, COFINS, PIS e PIS Importação. As questões fiscais federais envolvendo contribuições previdenciárias somam R\$50.067. Existem ainda processos federais de natureza diversa que somam R\$9.697. No âmbito fiscal estadual, os processos classificados como perda possível somam R\$28.391 e referem-se principalmente a discussão do ICMS incidente nas importações de equipamentos. Com relação as discussões de tributos municipais, os processos classificados como perda possível somam R\$59.671 e referem-se principalmente a discussão de ISS e taxas municipais, incluindo a taxa de resíduos sólidos de saúde.

No âmbito cível, a Companhia possui processos classificados como perda possível que totalizam R\$35.022, dos quais R\$19.935 estão relacionados a processos de responsabilidade civil com pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes de suposto erro diagnóstico ou falha de procedimento e R\$13.314 relacionados a processos de recuperação de créditos em favor da Companhia. Há ainda outros processos em andamento de menor relevância que somam R\$1.773.

Os processos trabalhistas classificados como perda possível totalizam R\$72.907 dos quais R\$42.111 referem-se a reclamações trabalhistas de ex-empregados, R\$7.721 referem-se a processos de responsabilidade subsidiária ajuizados por empregados de empresas que prestam serviços especializados à Companhia em regime de terceirização, existindo ainda processos administrativos em andamento que totalizam R\$18.075. Ainda no âmbito trabalhista, a Companhia foi citada em ação civil pública em trâmite na justiça do trabalho do Rio de Janeiro, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas. Adicionalmente, a ACP requer o pagamento no valor de R\$5.000 a título de danos morais coletivos. A Companhia está se defendendo desta ação e tem plena convicção de que a prática por ela adotada de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos. Em março de 2014 foi proferida sentença favorável à Companhia, julgando totalmente improcedente o pedido da ACP, tendo a Procuradoria Regional do Trabalho apresentado recurso ordinário. Atualmente o processo encontra-se aguardando distribuição no Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região.

Depósitos judiciais

Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais para garantir as causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R\$31.462 na controladora e R\$31.465 no consolidado, em 31 de dezembro de 2014 (R\$12.968 na controladora e R\$12.970 no consolidado, em 31 de dezembro de 2013), estão classificados no ativo não circulante e referem-se a causas consideradas pelos assessores legais da Sociedade como de risco de perda remoto ou possível. Os depósitos judiciais referentes às causas consideradas como risco de perda provável estão classificados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da respectiva provisão.

19. COMPROMISSOS

Parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com exercícios de vigência entre quatro e seis anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas com aluguéis de imóveis na Sociedade foram de R\$105.730 (R\$96.822 em 31 de dezembro de 2013).

Os valores dos contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação do IGP-M. Os compromissos consolidados de aluguel eram de R\$468.614 em 31 de dezembro de 2014 (R\$441.860 em 31 de dezembro de 2013). A posição consolidada dos compromissos assumidos é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
2015	102.620
2016	91.021
2017	80.492
2018	64.278
2019 em diante	<u>130.203</u>
	<u>468.614</u>

20. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com aluguel				
Transinc Serviços Médicos S.A (a)	-	(3.975)	-	(3.975)
Fundo Inv. Imobiliário EDOM (b)	(7.394)	(2.949)	(7.394)	(2.949)
Despesa com benefícios:				
Empresas associadas à Bradseg (c)	<u>(81.767)</u>	<u>(75.119)</u>	<u>(81.767)</u>	<u>(75.119)</u>
	<u>89.161</u>	<u>(82.043)</u>	<u>89.161</u>	<u>(82.043)</u>
Saldo Patrimonial:				
Passivos:				
Fundo Inv. Imobiliário EDOM (b)	(629)	(590)	(629)	(590)
Empresas associadas à Bradseg (c)	(19)	(2.093)	(19)	(2.093)
Ativos				
Bradesco (d)	<u>254.337</u>	<u>284.292</u>	<u>254.337</u>	<u>284.292</u>
	<u>253.689</u>	<u>281.609</u>	<u>253.689</u>	<u>281.609</u>

(a) A Transinc Serviços Médicos S.A. é uma empresa que detém e administra alguns imóveis utilizados pelo Fleury S.A., cujos acionistas são pessoas físicas que também participam da empresa que é controladora indireta do Grupo Fleury, Core Participações. Os valores dos contratos de aluguel com essa entidade foram determinados com base em preços de mercado, apurados por consultores independentes e são atualizados monetariamente com base na média dos índices IGP-M, IPCA e INPC.

(b) No ano de 2013 a Transinc Serviços Médicos S.A. transferiu certos imóveis para o Fundo Investimentos Imobiliário EDOM, que é composto pelos mesmos acionistas da Transinc.

(c) A Bradseg, acionista de Integritas Participações S.A (controladora do Grupo Fleury), detém o controle da Odontoprev S.A que, por sua vez, é controladora da Clidec, empresa sócia do Fleury no Grupo Papaiz. Os valores relacionados referem se a contratos de fornecimento de serviços, cujos principais são plano de saúde, alimentação/refeição e transporte.

Um conjunto de empresas associadas à Bradseg está entre os maiores clientes do Fleury, sendo essa receita não divulgada por motivo de competitividade.

(d) Junto ao Bradesco, o Grupo Fleury detém aplicações financeiras e saldos em contas bancárias. Em 31 de dezembro de 2014, as operações de aplicações consistem em um fundo exclusivo que se enquadra na categoria de renda fixa e em operações compromissadas, nos patamares de rentabilidade conforme demonstrado na nota de caixa equivalentes de caixa.

No exercício de julho e agosto de 2014, a Companhia realizou aportes mensais na controlada direta Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S.A. que totalizaram R\$146 a título de AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital - os quais foram subscritos em 31 de dezembro de 2014 através de Ata.

A remuneração dos administradores, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, inclui salários, pró-labore, benefícios, encargos e bônus no valor de R\$6.262 (R\$6.939 em 31 de dezembro de 2013) e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

A Sociedade não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego.

A Sociedade registra provisão para participação nos resultados de empregados e administradores, a qual totalizou R\$4.300 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2014, totalmente integralizado, é de R\$1.402.531, representado por 156.293.356 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Sociedade está autorizada a aumentar o seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 160.000.000 de ações ordinárias.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, ajustado nos termos da legislação societária na forma de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 21 de novembro de 2014, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído de R\$100.000, corresponde a R\$0,64 por ação, onde R\$69.742, corresponde a R\$0,45 por ação, referente ao saldo de lucros acumulados em 30 de setembro de 2014 e R\$30.258, corresponde a R\$0,19 por ação, a débito da conta de reserva para investimentos, com base na posição acionária de 06 de novembro de 2014.

Em 28 de maio de 2014, foi realizada a distribuição de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído foi de R\$100.000, com origem da reversão de parte do saldo da conta de reserva para investimentos, corresponde a R\$0,64 por ação com base na posição acionária de 28 de abril de 2014.

Em 20 de dezembro de 2013, foi realizada a distribuição de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído foi de R\$20.000, com origem da reversão de parte do saldo da conta de reserva para investimentos, corresponde a R\$0,13 por ação com base na posição acionária de 09 de dezembro de 2013.

Em 21 de novembro de 2013, foi realizada a distribuição de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído foi de R\$18.286, com origem da reversão de parte da reserva para investimento no valor de R\$3.338 e do lucro do exercício apurado até setembro de 2013 no valor de R\$14.948, corresponde a R\$0,12 por ação, com base na posição acionária de 06 de novembro de 2013.

Em 21 de agosto de 2013, foi realizada a distribuição antecipada de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos. O valor bruto distribuído de R\$43.646, com origem do lucro do exercício apurado até junho de 2013, corresponde a R\$0,28 por ação, com base na posição acionária de 07 de agosto de 2013.

Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

22. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta	1.869.152	1.848.050	1.879.358	1.856.215
Glosas	(73.493)	(72.450)	(73.517)	(72.591)
Abatimentos	(8.145)	(8.820)	(8.145)	(8.820)
Impostos	<u>(118.219)</u>	<u>(117.447)</u>	<u>(118.796)</u>	<u>(117.908)</u>
Receita líquida	<u>1.669.295</u>	<u>1.649.333</u>	<u>1.678.900</u>	<u>1.656.896</u>

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal e médicos	(609.389)	(622.469)	(618.394)	(631.527)
Serviços gerais, aluguéis e públicos	(276.128)	(256.563)	(276.128)	(256.573)
Materiais e terceirizações	(170.275)	(177.436)	(170.275)	(177.436)
Gastos gerais	(125.221)	(136.459)	(125.237)	(136.587)
Depreciação e amortização	<u>(86.778)</u>	<u>(81.352)</u>	<u>(88.887)</u>	<u>(82.797)</u>
	<u>(1.267.791)</u>	<u>(1.274.279)</u>	<u>(1.278.921)</u>	<u>(1.284.920)</u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal e médicos	(106.540)	(101.830)	(106.540)	(101.830)
Depreciação e amortização	(25.302)	(25.965)	(25.302)	(25.965)
Serviços de consultoria	(21.401)	(18.090)	(21.401)	(18.090)
Promoções e eventos	(19.178)	(29.546)	(19.178)	(29.546)
Serviços gerais, aluguéis e públicos	(17.495)	(17.132)	(17.495)	(17.132)
Outros	(12.590)	(12.004)	(12.590)	(12.004)
Serviços contratos de advocacia	(4.542)	(6.184)	(4.542)	(6.184)
Materiais e terceirizações	<u>(2.392)</u>	<u>(5.275)</u>	<u>(2.392)</u>	<u>(5.275)</u>
	<u>(209.440)</u>	<u>(216.026)</u>	<u>(209.440)</u>	<u>(216.026)</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/12/2014</u>	<u>30/12/2013</u>	<u>30/12/2014</u>	<u>30/12/2013</u>
Reversão de provisão ICMS sobre importação (Ne 16i)	8.734	-	8.734	-
Resultado líquido na baixa/venda de ativos	(297)	(6.099)	(297)	(6.099)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(522)	(1.383)	(522)	(1.383)
Outras	<u>(817)</u>	<u>5.402</u>	<u>(883)</u>	<u>5.444</u>
	<u>7.098</u>	<u>(2.080)</u>	<u>7.032</u>	<u>(2.038)</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	56.782	45.599	56.820	45.649
Atualização monetária de impostos e depósitos judiciais	3.601	1.811	3.601	1.811
Variação cambial	107	2.994	107	2.994
Instrumentos financeiros derivativos	3	2.916	3	2.916
Outros	6.105	3.762	6.105	3.773
	<u>66.598</u>	<u>57.082</u>	<u>66.636</u>	<u>57.143</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(109.445)	(79.817)	(109.445)	(79.817)
Atualização monetária de impostos e contas a pagar e aquisição empresas	(8.601)	(8.917)	(8.676)	(8.974)
Taxas e despesas bancárias	(3.444)	(3.824)	(3.456)	(3.826)
Atualização monetária de provisão para riscos, trabalhistas e cíveis	(2.699)	(3.366)	(2.699)	(3.366)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.489)	(6.872)	(2.492)	(6.873)
Variação Cambial	(892)	(2.761)	(892)	(2.761)
Instrumentos financeiros derivativos	(12)	(4.249)	(12)	(4.249)
Outros	(204)	(5.602)	(207)	(5.606)
Reversão atualização monetária de impostos (Ne 16i)	10.706	-	10.706	-
	<u>(117.080)</u>	<u>(115.408)</u>	<u>(117.173)</u>	<u>(115.472)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(50.482)</u>	<u>(58.326)</u>	<u>(50.537)</u>	<u>(58.329)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo fiscal	225.668	149.642	225.668	149.642
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	50.040	86.133	50.040	86.133
Amortização do ágio indedutível até 2008 e dedutível para fins tributários em exercícios futuros	24.782	24.782	24.782	24.782
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis.	23.141	42.126	23.141	42.126
Provisão Stock Options	5.809	7.680	5.809	7.680
Participação nos Lucros	4.300	-	4.300	-
Resultado de Hedge	1.342	1.333	1.342	1.333
Reavaliação do ativo	(991)	(1.517)	(991)	(1.517)
Ajuste a valor líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(80.753)	(91.965)	(83.070)	(91.965)
Efeitos da amortização de ágio para fins fiscais (a)	(814.754)	(608.692)	(814.754)	(608.692)
Alocação de ágio – PAPAIZ	-	-	-	(3.268)
Base de cálculo	<u>(561.416)</u>	<u>(390.478)</u>	<u>(563.733)</u>	<u>(393.746)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	<u>(190.881)</u>	<u>(132.763)</u>	<u>(191.669)</u>	<u>(133.874)</u>
Ativo não circulante	132.078	119.317	132.078	119.317
Passivo não circulante	(322.959)	(252.080)	(323.747)	(253.191)

(a) *Ágio de incorporação de empresas, principalmente LabsCardiolab.*

A expectativa da Companhia é que os valores finais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporários, no montante líquido de R\$191.669, sejam realizáveis através

da capacidade de geração dos resultados projetados para os próximos oito anos, de acordo com o cronograma apresentado a seguir:

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>
2015	16.014
2016	(11.138)
2017	(96.869)
2018	(80.893)
2019	(2.187)
2020 a 2022	(16.596)

As expectativas de realização dos valores registrados em 31 de dezembro de 2014 foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em conta diversas premissas financeiras e de negócios.

Portanto, as expectativas estão sujeitas a não se concretizarem e os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas expectativas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, correntes e diferidos, no resultado são reconciliados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	143.920	111.258	143.598	111.177
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL esperados	<u>(48.933)</u>	<u>(37.828)</u>	<u>(48.823)</u>	<u>(37.800)</u>
Equivalência patrimonial	(445)	(885)	(445)	(885)
Resultado de liquidação de Hedge	-	(3.830)	-	(3.830)
Outras despesas indedutíveis-Permanentes	(8.740)	(7.572)	(8.528)	(7.519)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:	<u>(58.118)</u>	<u>(50.115)</u>	<u>(57.796)</u>	<u>(50.034)</u>

A Sociedade realiza a apuração do IRPJ, CSLL e da contribuição para o PIS e COFINS com base nas regras do Regime de Transição Tributária (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 a fim de neutralizar os efeitos dos ajustes contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07. Desta forma, a apuração destes tributos continua a ser determinada com base nos métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Previdência Privada

A Sociedade é patrocinadora da entidade de previdência complementar denominada Itaú Vida e Previdência S.A., a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais, sendo esse plano opcional a todos os empregados da Sociedade e da controlada Fleury CPMA, e administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. O referido plano é de contribuição definida e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade efetuou contribuições no montante de R\$1.702 (R\$1.900 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), registradas em “Custos” e “Despesas gerais e administrativas”.

Todos os empregados e dirigentes que mantenham vínculo empregatício ou de administração com a Sociedade ou o Fleury CPMA podem participar do referido plano. A idade máxima para adesão ao plano é de 60 anos e a idade máxima de permanência é de 70 anos.

O participante do plano poderá efetuar contribuições básicas em percentual inteiro entre 1% e 5% do salário de participação, a serem pagas mensalmente, com valor mínimo de contribuição de R\$20,00 (vinte reais). Além disso, o participante poderá efetuar contribuições voluntárias, a seu exclusivo critério, de periodicidade livre e valores acima de R\$20,00 (vinte reais).

As contribuições da Sociedade e da controlada são efetuadas da seguinte forma:

<u>Tempo de vínculo empregatício ou tempo de participação no programa</u>	<u>Contribuição da Sociedade</u>
Menor ou igual a 4 anos	50% da contribuição básica do participante
De 5 anos a 9 anos	75% da contribuição básica do participante
Maior ou igual a 10 anos	100% da contribuição básica do participante

Plano de opção de compra de ações

Na AGE de 12 de novembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, autorizando a outorga de opções de compra de ações a colaboradores selecionados pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas no âmbito do plano estão limitadas a 3% do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Sociedade.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária do Fleury S.A. no momento do exercício da opção, sendo que esta poderá ser exercida a qualquer momento a partir da data de aquisição de direito até seis anos da data da outorga, quando expiram. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto, até seu efetivo exercício.

O Conselho de Administração da Sociedade é responsável por determinar, em cada outorga, os participantes do plano, bem como o número de ações a serem adquiridas no exercício de cada opção, o prazo de vigência, o preço de exercício, as condições de pagamento e demais condições.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de opção, em parcelas assim definidas: (a) até 33% do total de ações objeto da opção a partir do final do segundo ano; (b) até 33%, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano, ou até 66% do total das ações, descontadas as já exercidas; e (c) 34% restantes ou até 100% do total de ações a partir do quarto ano.

Os participantes terão o prazo máximo de seis anos para exercer as opções, contados da data de outorga das opções.

O preço de exercício das opções será baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia (“IPO”).

As seguintes outorgas foram realizadas até a data:

Data		Opções de Compras Outorgadas	Preço do Exercício das Opções*	<u>Posição em 31/12/2014</u>		<u>Posição em 31/12/2013</u>	
				<u>Quantidade</u>	<u>Preço do Exercício</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Preço do Exercício</u>
Outorga de 2014	05 de outubro de 2014	1.149.335	14,28	1.149.062	14,33	-	-
Outorga de 2013	30 de abril de 2013	1.189.296	19,74	971.268	21,24	1.087.804	20,33
Outorga de 2012	02 de maio de 2012	732.746	24,21	440.258	27,23	533.321	26,05
Outorga de 2011	22 de fevereiro de 2011	327.825	25,76	153.173	30,38	183.625	29,07
Outorga de 2010	02 de fevereiro de 2010	552.624	16,00	99.799	19,72	127.132	18,87

* O preço das opções será atualizado pela variação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu uma despesa “pro-rata” desde a data da outorga, no valor de R\$2.204 (R\$3.914 lançada em “Despesas Gerais e Administrativas”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

29. LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	85.802	61.143
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	156.293.356	156.293.356
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>156.293.356</u>	<u>156.293.356</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,55</u>	<u>0,39</u>

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Sociedade teve ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício conforme relativo ao Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	85.802	61.143
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	156.293.356	156.293.356
Ajuste por opções de compra de ações	<u>9.909</u>	<u>6.709</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação diluído	<u>156.303.265</u>	<u>156.300.065</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,55</u>	<u>0,39</u>

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração efetua análises do Grupo Fleury baseada em três segmentos de negócios relevantes: Medicina Diagnóstica, Medicina Integrada e Dental. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

	31/12/2014				31/12/2013			
	Medicina Diagnóstica	Medicina Integrada	<u>Dental</u>	<u>Consolidado</u>	Medicina Diagnóstica	Medicina Integrada	<u>Dental</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>MD</u>	<u>MI</u>			<u>MD</u>	<u>MI</u>		
Receita líquida	1.390.128	288.772		1.678.900	1.374.096	282.600		1.656.896
Resultado do segmento	270.747	37.561		308.308	243.709	34.205		277.914
Resultado de equivalência da controlada indireta			16	16			354	354
Depreciação e amortização				(114.189)				(108.762)
Resultado financeiro				(50.537)				(58.329)
Lucro líquido antes dos impostos				143.598				111.177
								3.211.167
Ativo total				3.209.768				
O ativo total inclui:								
Ágio	1.105.143	214.910	-	1.320.053	1.105.143	214.910	-	1.320.053
Marca	9.239	941	-	10.180	10.082	1.114	-	11.196
Contratos	-	105.851	-	105.851	-	121.727	-	121.727
Ativos não alocados	-	-	-	1.773.684	-	-	-	1.758.191

De acordo com o CPC 19 a controlada indireta "Papaiz" é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e por possuir controle compartilhado. Segue abaixo abertura do segmento Dental:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita Líquida	7.442	6.715
Resultado do Segmento	1.261	1.167
Depreciação e amortização	(242)	(162)
Resultado financeiro	(156)	(129)
Lucro antes dos impostos	863	876
Imposto de renda e contribuição social	(847)	(522)
Resultado empresa	16	354

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém política de efetuar cobertura de seguros de forma global para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores especializados. O prêmio líquido das apólices de seguros da Controladora vigentes em 31 de dezembro de 2014 é de aproximadamente R\$1.063. Os contratos possuem prazo de vigência até dezembro de 2015. A seguir, o limite máximo da importância segurada das principais coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2014:

	<u>Consolidado</u>
Riscos Operacionais	R\$ 633.000
Responsabilidade civil	R\$ 35.500
Transporte internacional - importação	US\$ 1.200
